

COM BASE NO EDITAL Nº 01/2026



# SME BÚZIOS-RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS - RIO DE JANEIRO

## PROFESSOR DOCENTE II LÍNGUA PORTUGUESA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos

**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS  
- INFORMÁTICA





# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# **SME BÚZIOS RJ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS -  
RIO DE JANEIRO**

**PROFESSOR DOCENTE II – LÍNGUA  
PORTUGUESA**

EDITAL Nº 01/2026

CÓD: OP-012FV-26  
7908403587674

## ÍNDICE

## Língua Portuguesa

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Leitura e compreensão de textos variados; coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto; relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização; conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido ..... | 7  |
| 2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo; gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos .....                                                                                                       | 15 |
| 3. Estrutura, classificação e formação de palavras .....                                                                                                                                                                                                                                          | 19 |
| 4. Funções e classes de palavras; flexão nominal e verbal; pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; verbos: pessoa, número, tempo e modo; vozes verbais; transitividade verbal e nominal .....                                                                                        | 20 |
| 5. Regência verbal e nominal .....                                                                                                                                                                                                                                                                | 28 |
| 6. Figuras de linguagem; gradação e ênfase .....                                                                                                                                                                                                                                                  | 29 |
| 7. Funções da linguagem .....                                                                                                                                                                                                                                                                     | 33 |
| 8. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos .....                                                                                                                                                                                                                                              | 33 |
| 9. Acentuação gráfica .....                                                                                                                                                                                                                                                                       | 34 |
| 10. Pontuação: regras e efeitos de sentido; recursos gráficos: regras, efeitos de sentido .....                                                                                                                                                                                                   | 35 |
| 11. Sintaxe do período simples; coordenação e subordinação .....                                                                                                                                                                                                                                  | 37 |
| 12. Crase .....                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 41 |

## Legislação Educacional

|                                                                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069/90 .....                                                                                                      | 49  |
| 2. Lei de diretrizes e bases da educação - lei federal nº 9.394/96 .....                                                                                                     | 90  |
| 3. Lei brasileira de inclusão - lei federal nº 13.146/15 .....                                                                                                               | 110 |
| 4. Plano nacional de educação - lei federal nº 13.005/14 .....                                                                                                               | 128 |
| 5. Base nacional comum curricular .....                                                                                                                                      | 130 |
| 6. Plano municipal de educação de armação de búzios/rj .....                                                                                                                 | 130 |
| 7. Diretrizes curriculares nacionais para educação básica .....                                                                                                              | 131 |
| 8. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana – resolução nº 1/2024 ..... | 131 |
| 9. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil .....                                                                                                          | 132 |
| 10. Diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos .....                                                                                                        | 132 |
| 11. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos .....                                                                                       | 136 |
| 12. Pccr do magistério de armação dos búzios .....                                                                                                                           | 144 |

## Conhecimentos Específicos

### Professor Docente II – Língua Portuguesa

|                                                                                                                                                                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Tópicos de abordagem de ensino: conceitos de língua e de gramática; concepções de ensino de língua; concepções e práticas de leitura e escrita; o texto literário .....                                                                       | 149 |
| 2. Construção e sentido dos textos: gêneros discursivos, tipologias textuais; procedimentos de argumentação; condições de interpretabilidade; modos de articulação de ideias; coesão, coerência; progressão temática; construção do parágrafo .. | 153 |
| 3. Perspectivas enunciativas: interdiscursividade e polifonia; intertextualidade, discurso relatado; inferência, pressuposição; modalização; registros e variações linguísticas .....                                                            | 154 |

---

## ÍNDICE

---

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4. Funções da linguagem .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 159 |
| 5. Semântica e estilística: sentido e emprego dos vocábulos; tempos e modos dos verbos; processos de concordância nominal e verbal; sentidos e usos de figuras de linguagem; polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia; vícios de linguagem .....                                                                                                                     | 159 |
| 6. Morfossintaxe: reconhecimento, valores e usos das classes gramaticais; estrutura e processos de formação das palavras; concordância e mecanismos de flexão de nomes e de verbos; termos da oração; processos de coordenação e subordinação; organização sintático-semântica dos períodos; transitividade e regência de nomes e de verbos; colocação pronominal ..... | 159 |
| 7. Questões de ortoepia e prosódia.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 159 |
| 8. Ortografia e pontuação: padrões gerais de grafia; regras de acentuação; emprego dos sinais de pontuação; funções expressivas da pontuação; acento tônico .....                                                                                                                                                                                                       | 160 |

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

**LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS; COESÃO E COERÊNCIA: MECANISMOS, EFEITOS DE SENTIDO NO TEXTO; RELAÇÃO ENTRE AS PARTES DO TEXTO: CAUSA, CONSEQUÊNCIA, COMPARAÇÃO, CONCLUSÃO, EXEMPLIFICAÇÃO, GENERALIZAÇÃO, PARTICULARIZAÇÃO; CONECTIVOS: CLASSIFICAÇÃO, USO, EFEITOS DE SENTIDO**

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

## COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

### ► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema

denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

### ► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

### ► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

## AMOSTRA

▪ **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

► **Exemplos Práticos**

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► **Importância da Compreensão Geral**

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

**PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR**

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► **Textos Literários**

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► **Textos Não Literários**

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a

# LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL Nº 8.069/90

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

*Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visita periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

### TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

#### CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

## AMOSTRA

§1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

g) toxoplasmose congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

II – etapa 2: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### TÓPICOS DE ABORDAGEM DE ENSINO: CONCEITOS DE LÍNGUA E DE GRAMÁTICA; CONCEPÇÕES DE ENSINO DE LÍNGUA; CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA; O TEXTO LITERÁRIO

#### CONCEITOS DE LÍNGUA E DE GRAMÁTICA

A compreensão dos conceitos de língua e de gramática é essencial para qualquer prática de ensino de Língua Portuguesa. Esses conceitos influenciam diretamente a forma como se ensina, como se aprende e como se avalia a linguagem em contextos escolares. Ao longo da história da educação linguística, diferentes visões sobre o que é a língua e o que é a gramática produziram distintas metodologias e abordagens de ensino.

##### ► Língua como sistema versus língua como prática social

Do ponto de vista tradicional, a língua é frequentemente concebida como um sistema fechado de regras. Essa visão estruturalista, baseada na linguística de Ferdinand de Saussure, entende a língua como um código, ou seja, um conjunto de signos organizados de forma abstrata. Aqui, o foco recai sobre a estrutura da língua – fonologia, morfologia, sintaxe –, destacando o funcionamento interno do idioma, independentemente do contexto em que ele é usado.

No entanto, a partir das últimas décadas do século XX, consolidou-se uma concepção mais ampla da língua como prática social. Essa perspectiva, influenciada por correntes como o interacionismo e a sociolinguística, entende a linguagem como instrumento de interação entre sujeitos. Nessa abordagem, a língua é viva, dinâmica e variável, sendo usada por pessoas em diferentes contextos e com diferentes objetivos. Portanto, o ensino de língua passa a valorizar mais o uso efetivo da linguagem nas práticas sociais do que a simples memorização de regras.

##### ► A gramática sob diferentes perspectivas

A gramática, por sua vez, pode ser compreendida de formas distintas conforme a perspectiva teórica adotada. As principais são:

- **Gramática normativa:** é a mais tradicional, voltada para a prescrição de regras que definem o que é considerado “certo” ou “errado” no uso da língua. Essa gramática estabelece um modelo ideal de uso linguístico, baseado geralmente na variedade culta e escrita da língua. É muito comum nos livros didáticos e nos exames escolares.
- **Gramática descritiva:** busca descrever o funcionamento real da língua, tal como ela é usada pelos falantes em diferentes situações. Não impõe julgamentos de valor, apenas observa e sistematiza os padrões linguísticos que ocorrem naturalmente na comunicação.

- **Gramática internalizada (ou implícita):** refere-se ao conhecimento que os falantes têm de sua própria língua, mesmo sem terem estudado formalmente suas regras. É o saber intuitivo que permite que alguém fale e compreenda sua língua materna desde a infância.
- **Gramática pedagógica:** é a gramática elaborada com fins didáticos. Tem como objetivo mediar o conhecimento da língua no ambiente escolar, organizando os conteúdos de forma acessível para facilitar a aprendizagem dos estudantes.

##### ► O papel das variações linguísticas

Uma discussão essencial que atravessa os conceitos de língua e de gramática é a questão da variação linguística. O reconhecimento de que não existe uma única forma “correta” de falar e escrever, mas sim diversas variedades legítimas do idioma, é fundamental para um ensino mais inclusivo e respeitoso com a diversidade dos falantes.

As variações ocorrem por diferentes motivos:

- **Regionais (dialetais):** diferenças de vocabulário e pronúncia entre regiões do país.
- **Sociais:** variações ligadas à classe social, escolaridade, idade, gênero.
- **Situacionais:** adequação da linguagem conforme o contexto (formal ou informal).

Reconhecer e valorizar essas variações no ambiente escolar ajuda a combater preconceitos linguísticos e contribui para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

##### ► Implicações pedagógicas

A forma como o professor compreende os conceitos de língua e de gramática afeta diretamente suas escolhas didáticas. Um ensino baseado exclusivamente na gramática normativa tende a valorizar a correção formal e a penalizar o erro. Já uma abordagem mais ampla, que compreende a língua como prática social, busca promover a competência comunicativa dos alunos, considerando as múltiplas formas de uso da linguagem.

Por isso, é importante que o ensino de gramática não esteja dissociado do uso real da língua. Trabalhar com textos autênticos, promover situações reais de comunicação, valorizar a produção dos alunos e discutir a língua em seu contexto de uso são estratégias que tornam o ensino mais significativo.

#### CONCEPÇÕES DE ENSINO DE LÍNGUA

A forma como a língua é ensinada na escola reflete diretamente as concepções teóricas que orientam o trabalho pedagógico. Ao longo do tempo, diferentes modelos de ensino de língua foram se consolidando, de acordo com as transformações

## AMOSTRA

sociais, culturais e educacionais. Nesta seção, vamos analisar as principais concepções de ensino de língua e entender como elas influenciam a prática em sala de aula.

► **Ensino de língua como transmissão de normas**

Durante muito tempo, predominou na escola uma concepção tradicional de ensino de língua, que compreende o idioma como um conjunto de regras fixas a serem memorizadas e reproduzidas. Nesse modelo, o professor é visto como a autoridade que transmite o conhecimento, e o aluno, como um receptor passivo.

O foco está no ensino da gramática normativa, na correção dos desvios e na valorização da variedade padrão da língua. As atividades propostas costumam ser descontextualizadas, com exercícios mecânicos, como completar lacunas, conjugar verbos e identificar classes gramaticais, muitas vezes sem conexão com situações reais de uso da linguagem.

Essa abordagem, apesar de ainda presente em muitas salas de aula e materiais didáticos, tem sido amplamente questionada, pois limita o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes e desconsidera as múltiplas formas legítimas de uso da língua.

► **Ensino de língua como desenvolvimento da competência comunicativa**

A partir das últimas décadas do século XX, surge uma nova perspectiva que valoriza a linguagem como prática social e o ensino da língua como um processo voltado à formação de sujeitos capazes de se comunicar de forma eficaz e crítica em diferentes contextos.

Essa abordagem propõe que o ensino da língua ultrapasse o domínio da norma gramatical e inclua o trabalho com os diferentes gêneros textuais, a leitura crítica, a produção de textos e a oralidade. Aqui, a linguagem não é vista como algo pronto, mas como uma construção social, dinâmica e plural.

Dessa forma, o papel do professor se transforma: ele deixa de ser apenas um transmissor de regras e passa a ser um mediador do processo de aprendizagem, que estimula a reflexão, promove o diálogo e valoriza a experiência linguística dos alunos.

► **Principais concepções de ensino de língua**

Podemos organizar as principais concepções de ensino de língua em três grandes vertentes, que se desenvolveram em momentos diferentes da história da educação:

**1. Concepção tradicional**

- Enfatiza a gramática normativa
- Valoriza a correção e a obediência às regras
- Utiliza exercícios mecânicos e repetitivos
- Desconsidera os contextos reais de uso da língua
- Encarna a ideia da língua como código fixo e universal

**2. Concepção estruturalista**

- Tem base na linguística estrutural
- Organiza o ensino por estruturas linguísticas (sintáticas e morfológicas)
- O foco está na forma e na função das estruturas
- Trabalha com substituições, transformações e classificações
- Ainda mantém a língua como sistema autônomo, mas com mais ênfase na sistematização

**3. Concepção sociocomunicativa (ou sociointeracionista)**

Enxerga a linguagem como prática social

- Trabalha com textos reais e gêneros discursivos
- Estimula a leitura crítica e a produção de sentido
- Valoriza a participação ativa do aluno
- Defende a diversidade linguística e o respeito às variedades
- Integra leitura, escrita, oralidade e gramática em situações reais de comunicação

► **A língua como instrumento de ação no mundo**

Na concepção sociointeracionista, a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de ação e transformação social. Os alunos são vistos como sujeitos históricos e sociais, capazes de produzir sentidos, argumentar, questionar e participar da vida pública por meio da linguagem.

Essa concepção fundamenta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que propõem um ensino de língua centrado no desenvolvimento das competências discursivas dos alunos e na construção de sentidos a partir de contextos concretos.

► **Desafios e possibilidades para o professor**

O professor que adota uma abordagem sociocomunicativa enfrenta desafios importantes: precisa selecionar materiais adequados, propor situações significativas de linguagem, articular diferentes componentes do ensino (leitura, produção textual, gramática, oralidade) e acompanhar o desenvolvimento dos alunos de forma formativa.

Ao mesmo tempo, essa abordagem amplia as possibilidades de ensino, pois permite trabalhar com temas relevantes, dialogar com outras áreas do conhecimento, valorizar a cultura dos alunos e formar leitores e produtores de texto mais críticos e conscientes.

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE LEITURA**

A leitura ocupa um papel central no ensino de Língua Portuguesa e na formação de sujeitos críticos e participativos. No entanto, o que se entende por “ler” e como se ensina a ler na escola variam conforme as concepções teóricas e pedagógicas adotadas.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

